

Entre função pública e benefício privado: a atuação de Miguel Borges na seca no Piauí (1877-1879)

Between Public Duty and Private Benefit: Miguel Borges's Role during the Drought in Piauí (1877-1879)

Francisco Gleison da Costa Monteiro

Universidade Federal do Piauí

Kátia de Araújo Silva

Universidade Federal do Piauí

Resumo: O artigo analisa como a gestão dos socorros públicos no Piauí, durante a seca de 1877-1879, favoreceu membros da elite local, utilizando como estudo de caso a trajetória de Miguel Borges. A metodologia fundamenta-se em fontes hemerográficas — com destaque para os jornais *A Imprensa: Periódico Político* e *A Época: Órgão Conservador*, consultados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional — e em documentos manuscritos da Comissão de Socorros Públicos (ofícios, relatórios e correspondências com a Presidência da Província), localizados no Arquivo Público do Estado do Piauí. O diálogo historiográfico baseia-se nos estudos sobre a seca de Araújo (1991), Silva (2023) e Gonçalves (2022), além das reflexões teóricas de Revel (1998) sobre a microanálise e jogos de escalas.

Palavras-chave: História. Piauí. Seca. Comissão de Socorros. Miguel Borges.

Abstract: This article analyzes how the administration of public relief in Piauí during the drought of 1877-1879 benefited members of the local elite, using the trajectory of Miguel Borges as a case study. The methodology is based on newspaper sources—especially *A Imprensa: Periódico Político* and *A Época: Órgão Conservador*, consulted through the Brazilian National Library's Digital Newspaper Archive—as well as handwritten documents from the Public Relief Commission, including official letters, reports, and correspondence with the Presidency of the Province, held at the Public Archive of the State of Piauí. The historiographical discussion draws on studies of the drought by Araújo (1991), Silva (2023), and Gonçalves (2022), in addition to Revel's (1998) theoretical reflections on microanalysis and the interplay of scales.

Keywords: History. Piauí. Drought. Public Relief Commission. Miguel Borges.

Introdução

A seca de 1877-1879, é considerada a mais devastadora do século XIX na região norte do Império do Brasil. As províncias afetadas com a calamidade enfrentaram problemas sociais como a fome, nudez, migração forçada, crise econômica e o aumento da mortalidade. Para enfrentar a crise climática e social, o governo imperial instituiu nas províncias as Comissões de Socorros Públicos, órgão encarregado de gerenciar os recursos, distribuir alimentos, roupas e medicamentos a população migrante, assim como organizar obras públicas.

A população sertaneja tem seu cotidiano transformado com a chegada dos anos secos, pois a estiagem afeta diretamente os meios de subsistência como agricultura, criação de animais e o abastecimento de água. Diante disso, a migração foi uma estratégia de sobrevivência que estes sujeitos encontraram para enfrentar a crise. Desse modo, muitos migrantes adentraram a província do Piauí e juntando-se a pobreza local, passaram a depender do auxílio governamental.¹ Nesse sentido, a Comissão de Socorros tornou-se fundamental para tentar amenizar os efeitos sociais da seca a partir de ações que visavam atender as necessidades dos migrantes de caráter imediato, ou seja, eram medidas pensadas a curto prazo para que a crise não tomasse proporções maiores. Nesse sentido, a historiadora Kércia Gonçalves (2022), aponta que:

A Comissão de Socorros Públicos foi uma instituição criada para amparar os migrantes que chegavam às cidades e não possuíam condições de manter-se, dependendo das ajudas mandadas pelas autoridades provinciais. A Comissão era um órgão de assistência aos flagelados da seca que visava fornecer ajudas imediatas para que não ocorresse calamidade em nível mais grave. (Gonçalves, 2022, p. 88-89)

De acordo com Maria Mafalda Balduino de Araújo (1991) as comissões eram formadas por pessoas instruídas e responsáveis pela comunidade como, o Vigário, o Juiz de Paz, o Coletor de Renda e o Delegado. No entanto, em vez de funcionar como instrumento efetivo de proteção social, a instituição tornou-se local de práticas de corrupção, favorecimento pessoal, práticas que comprometeram a eficácia das ações destinadas a aliviar o sofrimento dos migrantes. No Piauí, diversos relatórios oficiais, correspondências e denúncias de jornais da época indicam que as autoridades locais manipularam os socorros para benefício próprio ou de aliados, assim como para obter lucros por meio de contratos de obras, núcleos coloniais, entre outros. A gestão dos socorros da seca tornou-se, dessa forma, um campo de disputa no qual interesses privados sobrepuseram à urgência humanitária.

A relevância deste estudo reside no fato de que ele se apresenta como o primeiro trabalho a identificar nominalmente agentes envolvidos nas irregularidades da administração dos socorros durante a seca de 1877-1879 no Piauí, fundamentando-se em documentação primária. Nesse sentido, a documentação nos conduziu até o capitão Miguel Borges o qual firmou três contratos com a comissão de socorros de Teresina e foi também nomeado como chefe do

1. De acordo com Silva (2025), os migrantes que adentraram o território piauiense vinham principalmente das províncias do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, importante ressaltar que o Piauí nem sempre era o local de destino dessas pessoas, mas maioria das vezes um lugar de passagem pois segundo Araújo (1991) alguns almejavam chegar ao Maranhão e Pará, mas devido as circunstâncias houve migrantes que optaram por permanecer no Piauí até o fim da seca.

depósito de cereais. Essa abordagem auxilia na compreensão de como redes locais se beneficiaram de uma crise humanitária e destaca os favorecimentos e corrupção no período imperial.

Dessa forma, o artigo busca compreender como a gestão dos socorros públicos no Piauí durante a seca de 1877-1879 possibilitou o favorecimento de membros da elite local, por meio do estudo de caso da trajetória de Miguel Borges. Assim sendo, o trabalho busca contribuir para uma compreensão mais ampla das relações entre poder político, seca e vulnerabilidade social no período imperial.

As fontes impressas são os jornais da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Nesse acervo digital selecionamos os jornais “A Imprensa” e “A Época”. Também se une a esse material os manuscritos da Comissão de Socorros Públicos, coletados nos códices do Arquivo Público do Estado do Piauí. Trata-se dos ofícios enviados da comissão a Presidência do gabinete província, relatórios e outros. No que concerne ao diálogo com a historiografia selecionamos autores que abordam o tema da seca, Araújo (1991), Silva (2023), Gonçalves (2022) e nas discussões e reflexões de Revel (1998).

Miguel Borges e a apropriação dos Socorros Públicos do Piauí (1877-1879)

Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, nasceu em 15 de junho de 1836, na vila de Campo Maior-PI, filho de Lívio Lopes Castelo Branco e Silva e Bárbara Maria de Jesus Castelo Branco. Miguel Borges, como era conhecido, enfrentou alguns problemas de saúde chegando a perder a visão do olho esquerdo devido uma moléstia. Casou-se, mas logo ficou viúvo. O capitão Miguel Borges, possuía muitas habilidades e isso o proporcionou exercer diferentes atividades na sociedade piauiense. (Rocha, 2015)

Dessa forma, além de ser fazendeiro “Atuou também no comércio de Teresina, onde possuía a Loja Econômica na qual vendia um sortimento dos mais variados produtos”², foi um importante membro do partido Liberal no Piauí, jornalista e fez parte da equipe editorial do jornal A Imprensa, exerceu cargos públicos e dedicou-se a educação em Teresina, fundando o educandário Colégio de Nossa Senhora das Dores, em 1 de maio de 1882. (Rocha, 2015, p.42) Por ocasião da seca, o capitão Miguel Borges prestou alguns serviços para a Comissão de Socorros de Teresina, a exemplo, do gerenciamento do núcleo de migrantes Gandú que ficava em uma de suas propriedades.³

Nesse sentido, buscamos mostrar de forma mais direta o possível favorecimento deste importante membro da elite política piauiense, com os recursos da seca. A vigilância do órgão opositor A Época sobre o funcionamento das Comissões de Socorros aponta Miguel Borges

2. Para mais informações sobre a trajetória de vida de Miguel Borges, ver: Rocha, 2015.

3. Entre as ações do governo provincial de combate à seca por meio da Comissão de Socorros, estava a criação de núcleos coloniais em propriedades nos arredores de Teresina. Contratos foram celebrados entre a comissão de socorros da capital e os fazendeiros, nos quais o governo se responsabilizava de fornecer alimentos, roupas, remédios e instrumentos de trabalho os fazendeiros em contrapartida disponibilizavam suas terras para os migrantes construírem casas e trabalhar. Durante a administração conservadora em 1877, do presidente Graciliano de Paula Batista, foram criados 19 Núcleos Coloniais, sendo reduzidos no ano seguinte durante a gestão Liberal para 7 núcleos, entre os quais estava o sítio Gandú de propriedade de Miguel Borges, que chegou a abrigar em torno de 1500 pessoas durante a seca de 1877-1879. Para mais informações sobre o sítio de migrantes Gandú, ver: (Silva, 2025)

como beneficiário da “indústria da seca”. Encontramos na documentação três contratos firmados entre o referido capitão e a Comissão de Socorros de Teresina.

Ainda em 1877 por ocasião da celebração do primeiro contrato do núcleo Gandú, Miguel Borges responsabilizou-se de acolher em seu sítio 150 migrantes podendo ser elevado a 200 pessoas. A contrapartida do governo era pagar a diária de 160 réis mais o fornecimento de 30 quartas de farinha, 10 de milho, 6 de feijão e 500 litros de arroz. (Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1878) O esperado seria que com o aumento dos migrantes houvesse o acréscimo dos cereais, porém, isso não aconteceu. Vejamos abaixo a autorização do Barão de Campo Maior autorizando a Comissão de Socorros ao firmar o contrato.

A comissão de socorros públicos desta capital, em vista da proposta junta, do Capitão Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, e de conformidade com as ordens a respeito, celebre contrato com o mesmo, para o estabelecimento de um núcleo de 150 emigrantes, no lugar denominado “Gandú” deste termo; excluindo dele a condição proposta de pagar o governo em dinheiro a importância dos cereais, se na (ilegível) entrega-los não os tiver em depósito.

Barão de Campo Maior. A comissão de socorros desta capital. (Ofício da Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1877)

Ora, o capitão Miguel Borges propôs que a Comissão de Socorros lhe entregasse o dinheiro referente a quantidade de cereais a ser fornecido ao núcleo Gandú quando não houvesse gêneros em depósito. Aparentemente a proposta era vantajosa, pois, assim os migrantes sob sua responsabilidade não ficariam sem receber o auxílio do governo até que fosse feita a entrega dos cereais. Contudo, esse ponto do contrato não foi aceito pelo governo, talvez por não ter certeza de que o dinheiro seria utilizado para esta finalidade. É importante lembrar que, na época da criação do núcleo Gandú, os conservadores estavam no poder e Miguel Borges era membro do partido Liberal o que pode ter contribuído para a negativa da solicitação.

As condições de vida dos migrantes eram precárias e acusava-se os núcleiros de enriquecer às custas dos pobres desvalidos. O núcleo Gandú que inicialmente abrigou cerca de 150 pessoas, nos anos subsequentes da seca teve sua população elevada a quase 2.000 migrantes. Logo, o seu proprietário tornou-se alvo de inúmeras críticas feitas pelo jornal A Época. Em tom de ironia falava-se que “O núcleo Gandú, cujo contratante é impagável Sr. Miguel Borges, floresce espantosamente”. (A Época, nº21, p. 04, 24 de agosto de 1878) Miguel Borges tinha muitas posses e era comerciante, este fato pode ter servido de especulação de que havia o desvio dos cereais destinados aos migrantes para seu negócio. O jornal A Época ainda questionava:

Os núcleos (...)

Será possível que o Sr. Miguel continue impavidamente a especular com as misérias que flagelam os infelizes emigrados?

Não consinta S. Exc. nessa esperteza tão grande, ponha termo a atividade do Sr. Miguel Borges.

O núcleo de que ele é contratante vai as mil maravilhas. Os emigrantes, segundo corre, não recebem regularmente as rações que lhe são marcadas no contrato; as medidas adotadas para fornece-las carecem de veracidade.

Diga-o o Sr. Barão do Gurguéia que examinou e viu tudo isso.

Ele que informe a S. Exc. o que presenciou nesse núcleo tão florescente, e diga se não é exato o que vimos de dizer.

Os emigrantes, portanto, passam mal, não recebem exatamente as rações, as medidas não são do tamanho estipulado no contrato, violado em todas as condições pelo feliz contratante. (...)

Em todo caso pedimos a S. Exc. que não tolere tantos e tão escandalosos abusos, tão prejudiciais aos cofres públicos, dos quais S. Exc. deve ser atalaia vigilante. (A Época, nº21, p.04, 24 de agosto de 1878)

O título da notícia dá a entender que o texto irá abordar todos os núcleos, todavia, não é isso que acontece, visto que o teor do discurso é o capitão Miguel Borges e o núcleo Gandú. Por conseguinte, o nucleiro é acusado de não estar cumprindo o contrato pois o denunciante afirma não haver regularidade na distribuição dos mantimentos aos migrantes. Dessa forma, a “florescência” deste núcleo se daria pelos lucros que Miguel Borges angariava desviando o auxílio destinado aos migrantes residentes em sua propriedade.

Ao analisarmos a documentação, percebemos que embora haja críticas e denúncias sobre o mal gerenciamento dos núcleos, o núcleo Gandú é citado com maior ênfase, inclusive se sugere que Miguel Borges teria muitos cereais para vender. Ora, a mercadoria segundo A Época seria resultado da “florescência” do dito estabelecimento rural. Por isso pedem providências ao presidente da Província para que não permitisse que esses abusos continuassem.

O que nos intrigou durante a consulta a fonte, é sobre a motivação aos ataques a Miguel Borges, pois há vários indícios de que outros membros da elite se beneficiaram com o dinheiro público.⁴ Acreditamos que, as acusações fossem motivadas por alguma desavença pessoal ou política, pois de acordo com Amanda Chaves da Rocha:

No século XIX, os conflitos eram expostos nos periódicos de forma direta. Os jornais utilizavam, em seus discursos, uma linguagem crítica e agressiva, e, quando ditas de forma indireta, demonstravam, nas entrelinhas, desavenças muito além das causas políticas, tendo, por vezes, motivações, exclusivamente, pessoais. (Rocha, 2015, p.52)

Nesse interim, encontramos um desafeto de Miguel Borges, o Sr. Raimundo Tobias F. de Vasconcellos⁵. Em 1879 com a cessação dos socorros públicos, o governo provincial extinguiu os núcleos coloniais⁶ e criou um hospital no lugar chamado Morros, local para onde deveriam ser levados os migrantes doentes. Bem, o governo contratou o capitão Miguel Borges pelo valor 1\$500 réis por pessoa, mas, Raimundo Vasconcellos que havia anteriormente procurado o Sr. Belfort Vieira e demonstrado interesse em fazer a condução dos migrantes para o hospital Morro de Santo Antônio, recebendo uma resposta positiva do presidente. (A Época, nº68, p.03, 19 de julho de 1879) No entanto contesta, pois:

Hoje, porém, que o Sr. Capitão Miguel de Souza Borges Leal Castelo Branco, por meio de misérrima falsidade, me privou de usufruir um direito, a que mais ou menos já tinha jus, não tive outro remédio se não dar publicidade a um ato engraçado, da proverbial ambição do referido capitão Borges.

4. Para mais informações sobre práticas de corrupção durante na seca no Piauí, em 1877-1879, ver: (Silva, 2025)

5. Foi um advogado e político piauiense, ocupou o cargo de deputado estadual pela província do Piauí.

6. Sobre a cessação dos socorros públicos no Piauí, ver: (Silva, 2023) e (Silva, 2024).

(...) Ora, avalie o público o procedimento do Sr. Capitão Miguel Borges, e o voluntário esquecimento de S. Exc., que faltando com a sua palavra, não trepidou fazer contratos com o Sr. Miguel Borges e o capitão Lucio Correa Lima, sem que eu fosse ouvido como havia prometido!...

Com o devido respeito digo, que, não foi bonito o procedimento de S. Exc. e tal negócio, e muito mais condenável o do Sr. Capitão Miguel Borges.

Nada porem disto admira-me; porque – o Sr. Capitão Miguel Borges e S. Exc. por ter adotado em sua administração o sistema de aceitar sempre as propostas mais onerosas aos cofres da província.! (A Época. Nº 68, p. 03, 19 de julho de 1879)

O ressentimento expresso na nota acima foi motivado pela não celebração de um contrato entre o governo provincial e o Sr. Raimundo Tobias F. de Vasconcellos, que acreditando ser ele a transportar os migrantes até o hospital Morro de Santo Antônio, se adiantou e contratou “um bote com a necessária tripulação, além de vinte e tantas cavalgadas”. (A Época. Nº 68, p. 03, 19 de julho de 1879) Desse modo, o Sr. Raimundo Vasconcellos, reprova a forma como o presidente da província Belfort Viera conduziu a situação faltando-lhe “com a sua palavra” e ainda o acusa de dar preferência a contratos onerosos. As acusações não são feitas por acaso, é motivada por interesses pessoais. De acordo com nossa investigação, Raimundo Vasconcellos passava por uma fase difícil economicamente e já havia inclusive pedido ajuda a Miguel Borges, por isso seria importante para ele assinar este contrato.

Conforme mencionamos anteriormente, o capitão Miguel Borges já tinha um contrato com o governo referente ao núcleo Gandú, posteriormente, alugou o sítio Pirajá para abrigar alguns migrantes que viviam em Teresina e por fim, responsabilizou-se pelo transporte dos migrantes dos extintos núcleos ao hospital Morro de Santo Antônio, ou seja, foram três contratos entre o capitão Borges e a Comissão de Socorros de Teresina. Diante disso, o Sr. Raimundo Vasconcellos o qualifica como “falso” e “ambicioso”, pois, sendo o capitão Borges um homem de posses e destaque social, estaria sozinho usufruindo do dinheiro público.

Pelos jornais A Imprensa e A Época foi possível acompanhar o desfecho desse conflito de interesses. Em 21 de julho de 1879, Miguel Borges respondeu as acusações de Raimundo Vasconcellos, através do jornal A Imprensa. Diferentemente do tom agressivo e das palavras de desqualificação que recebeu, Miguel Borges em sua escrita refutou as acusações de forma mais branda, porém, expôs uma carta que Raimundo Vasconcellos enviou em janeiro daquele ano pedindo-lhe ajuda.

Carta. Illm. Amigo Sr. Capitão Miguel Borges. Theresina 17 de janeiro de 1879 resolvendo-me a hir pelo mundo, procurar abrigo, visto como aqui nada mais tenho à esperar, dou-lhe parte que pretendo partir no dia 5 ou 7 de fevereiro, no vapor que seguir para Colonia de São Pedro de Alcantara, e d’alli procurar a villa de Paranaguá, com direção a cidade da Barra (província da Bahia) onde pretendo fazer termo de minha peregrinação!

Reconhecendo de quanto V.S. nutre a meu benefício, rogo-lhe o favor de dar-me cartas de recomendações para o Amarante, Bom Jesus e Paranaguá, pois, como não ignora, pobre e sem recursos, não poderei romper a menor defficuldade, sem o auxilio de amigos de sua ordem.

Se um dia se realisarem os meus anelos, dar-lhe-hei provas de minha gratidão, em falta do que, é capital seguro, e que aos pés do altíssimo, encontrará V.S. no eter-

no julgamento. Estimo sua saúde e sou &. Raimundo Tobias F. de Vasconcellos. (A Imprensa. Nº 603, p.3, 26 de julho de 1879)

Embora não use palavras que desqualifique seu desafeto, Miguel Borges recorda a Raimundo Vasconcellos sua “ingratidão”, visto que, no momento de dificuldade procurou o auxílio do amigo e depois agiu com ingratidão, lembrando-lhe “Sr. Tobias, que, infelizmente, não é S.S. o primeiro individuo de quem recebe descomposturas, em recompensa de alguns pequenos obséquios e benefícios que tenho por costume fazer”. (A Imprensa. Nº 603, p. 2-3, 26 de julho de 1879) Segundo Rocha (2015), o capitão Miguel Borges era conhecido por ser humanitário e caridoso, inclusive durante a seca adotou algumas crianças órfãs e mostrava-se solícito as necessidades dos amigos.

Ao defender-se, Miguel Borges afirma ser uma inverdade a acusação publicada no jornal A Época. Ora, a proposta de Miguel Borges era de levar cada migrante pelo preço de 1\$500 quanto a Sr. Raimundo Vasconcellos, propôs levar “os migrantes do núcleo de Santo Antônio, na razão de 3\$000 réis por cada pessoa que houvesse de transportar, e os do Sítio, na razão de 2\$000 réis.”. (A Imprensa. Nº 603, p. 2, 26 de julho de 1879) Nesse sentido, observamos que, diferentemente do que afirmou o Sr. Raimundo Vasconcellos, o presidente da Província não escolheu a proposta mais dispendiosa, pois Miguel Borges se comprometeu a levar os migrantes dos dois núcleos por um valor menor.

Segundo Márcio Douglas de Carvalho e Silva (2023), apesar do favorecimento evidente em alguns contratos e da corrupção que ocorria com o dinheiro público, pois a seca foi vista por muitos como uma forma de “angariar recursos”, havia ressentimento e contradição nas denúncias publicadas nos jornais. Para este autor:

Mesmo que em muitas situações fossem fundamentadas em fatos, algumas vezes caíam na exacerbação e na contradição pelo puro objetivo de desqualificar o governo, por isso é importante que mesmo sendo consideradas, deve-se observar o importante papel das Comissões de Socorros espalhadas no Piauí durante os períodos de seca no auxílio à população local e aos migrantes. (Silva, 2023, p. 237)

Por conseguinte, o nome de Miguel Borges apareceu em outras edições do jornal A Época, quase sempre para tecer alguma crítica. Logo, ao alugar o sítio Pirajá para retirar os migrantes das ruas de Teresina, foi novamente acusado de obter lucros em cima dos pobres flagelados. É importante mencionar que diferentemente dos demais núcleos coloniais, os migrantes que foram para o “núcleo da capital” não precisavam trabalhar na lavoura, ou seja, continuaram a ser socorridos de forma direta com a diferença de que não estavam mais nas ruas da cidade, mas em uma casa existente na referida propriedade. Além disso, o governo provincial designou um funcionário para fazer distribuição dos cereais.

A contratação de um núcleo na capital foi considerada pelo jornal A Época como “desperdício dos dinheiros públicos”, pois além de pagar aluguel da propriedade “paga ao Sr. Pedra pelo enorme serviço de distribuir as rações”. As contestações não pararam por aí visto que como a casa da propriedade apesar de grande não comportava tantas pessoas. Com isso, a Comissão de Socorros de Teresina, precisou comprar palhas para que os migrantes pudessem edificar as choupanas.

Não minorou a sorte daqueles infelizes, porque eles continuaram a ser supridos, como eram aqui pela comissão, ou pior – permanecendo ao desamparo como estão, por isso que lá não encontraram acomodações para si abrigarem, nem tão pouco materiais próprios para as construírem. É verdade que eles ali estão quase em contato com o cemitério, quartel de linha e cadeia, e a falar com sinceridade só vemos nesse ato de S. Exc. três grandes vantagens – aliviar a comissão de socorros desta capital daquela chusma de pedintes importunos, - dar o que fazer ao feliz Sr. Pedra, enchendo-lhe os bolsos de dinheiro, - e alugar o sítio do capitão Miguel Borges, que até então nada havia ainda rendido a seu dono, que com razão deve locupletar-se dos proventos desta feliz situação, verdadeira cornucópia para os denodados paladinos do liberalismo, ainda que se espante com a miséria do povo. (A Época. N° 31, p. 04, 2 de novembro de 1878)

Ao analisar o trecho acima, inferimos que os migrantes são utilizados como pretexto para expor a lucratividade de Miguel Borges com os recursos públicos. No novo núcleo, os migrantes não desempenhavam nenhum trabalho viviam somente dos mantimentos fornecidos pelo governo e como a distribuição de alimentos tinha os dias e horários definidos, ocorria de os retirantes impelidos pela fome ultrapassarem os limites da propriedade do capitão Miguel Borges e adentrar em terras de terceiros o que motivou novas desavenças com o capitão Borges.

Uma propriedade invadida foi a do Sr. Raimundo Theotonio da Morada, o qual publicou um protesto em 9 de novembro de 1878, contra o capitão Miguel Borges. De acordo com o protestante, os migrantes invadiram seu sítio as margens do rio Parnaíba, certamente atraídos pelas árvores frutíferas e animais que o Morada afirmava ter. Além disso, criticou Miguel Borges por contratar um núcleo sem as proporções adequadas para esta circunstância. (A Época, N° 32, p. 03, 9 de novembro de 1878) Certamente havia em Teresina outras propriedades mais estruturadas para receber os migrantes. O fato de terem escolhido o sítio do capitão pode ter como motivação a proximidade deste com os membros da Comissão de Socorros, além de ser este um membro do partido Liberal.

De fato, estabelecer os desvalidos no sítio Pirajá era uma forma de mantê-los longe dos olhos da elite que se incomodava com tantos pedintes pelas ruas e arredores de Teresina. Inferimos que as reclamações do Sr. Raimundo Theotonio da Morada, tenha contribuído para a decisão do governo em dissolver o núcleo após um mês da nota publicada pelo jornal A Época. Reconheceu-se que os migrantes “se achão sem ocupação alguma que lhes garanta o futuro”, possivelmente a administração provincial como uma forma de evitar que estes sujeitos se acostumassem a receber os socorros sem trabalhar⁷, decidiu distribuí-los de forma proporcional nos núcleos coloniais, para tanto, autorizou que cada estabelecimento passasse a acolher 1.500 migrantes. (Ofício da Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1878)

Ao analisarmos o termo de contrato de Miguel Borges com a comissão de socorros da capital para o aluguel do sítio Pirajá, observamos que a terceira cláusula é referente ao tempo de vigência do contrato que deveria ser de dois anos, nesse período o capitão não poderia pedir a rescisão, entretanto, dadas as circunstâncias o sítio funcionou com abrigo para os mi-

7. Segundo Souza (2015), durante a seca de 1877-1879 o governo imperial substituiu o socorro direto pelo indireto, isto é, passou a incentivar a distribuição dos socorros públicos principalmente com os migrantes que trabalhavam em alguma obra pública, por isso a motivação em retirar os migrantes do sítio Pirajá local no qual recebiam somente alimento e “viviam no ócio” para direcioná-los aos núcleos coloniais onde se esperava que fossem se ocupar com o trabalho nas plantações.

grantes somente por um período de três meses. É informado na ata que foi o próprio Miguel Borges quem procurou a comissão para alugar sua propriedade, recebendo como pagamento mil 1.000 réis a diária.

Sobre a terceira cláusula do contrato que determinava a duração de dois anos do arrendamento da propriedade, a comissão de socorros resolveu em 19 de outubro de 1878, dois dias após a celebração do contrato fazer uma alteração na qual o governo poderia encerra-lo “quando entender conveniente”. (Ofício da Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1878) A vista disso, entende-se que o transtorno causado a particulares pelos migrantes, interferiu na decisão do governo em desfazer o abrigo. Importante mencionar que os desvalidos não teriam direito a morar na casa de vivenda do sítio, tiveram que fazer suas casas muitas delas feitas de palha.

Aparentemente seria um bom negócio alugar sua propriedade para o governo, Miguel Borges receberia um bom pagamento e não teria a preocupação de gerir os socorros no sítio Pirajá, devido a contratação de uma pessoa para desenvolver esta função. Porém, a permanência dos migrantes do sítio, ocasionou alguns estragos na propriedade. Diante disso, o proprietário solicitou ao governo provincial a indenização para sanar os estragos sofridos. Observemos abaixo a segunda cláusula do contrato.

O governo servir-se-á da casa e dos cercados da quinta, conservando aquele sempre e a cuidar e o cercado em bom estado de conservação; obrigando-se a fazer quais quer concertos na casa e no cercado, quando tiver de desocupa-la, de sorte que a entregue no seu mesmo estado em que a recebeu; isto é, a quinta completamente cercada de sabiá. (Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1878)

De acordo com a documentação da comissão de socorros da capital, notamos que entre os estragos causados a propriedade de Miguel Borges, estava a danificação das cercas. Nesse sentido, o capitão amparado pelo contrato encontrava-se no direito de ser indenizado pois o sítio o “cercado se acha completamente estragado (...) devendo, entretanto (...) ser-lhe entregue em perfeito estado, como fora recebido por esta comissão”. O presidente da província José Mariano Lustosa do Amaral, autorizou em 6 de março de 1879 o pagamento de duzentos mil réis pela indenização de Miguel Borges, não podendo o requerente fazer nenhuma outra reclamação. (Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1879)

Durante a seca, o capitão Miguel Borges além de firmar três contratos com o governo também ocupou um cargo remunerado na comissão de socorros de Teresina. Em março de 1879, a comissão resolveu nomeá-lo para o cargo de armazenário que estava vago, no entanto, o documento informa apenas que receberia a gratificação mensal igual a de seu antecessor, não sendo possível saber o valor exato. Todavia, supomos ser uma quantia superior a trinta mil réis, visto ser essa a gratificação de seus ajudantes. (Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1879)

Ora, o capitão Borges passou a ocupar uma função importante na gestão dos socorros públicos, pois ao ser nomeado como chefe do depósito de cereais pode ter se utilizado da função em benefício próprio, isto é, ao apropriar-se dos cereais para fornecimento de seu comércio ou fazenda, assim como, ao controlar a entrada e saída dos socorros do depósito, Miguel Borges pode ter favorecido outros proprietários rurais e chefes locais com o acesso aos cereais para plantação, alimentação de pessoas ou de animais que a época estavam escassos e com

preço elevado no mercado.⁸ Desse modo, o capitão reforçaria as relações de clientelismo e favorecimento, transformando os socorros em mecanismo de benefício privado. Além disso, ao controlar a circulação dos cereais, Miguel Borges ampliava sua influência política e econômica, no entanto, aprofundava a situação de vulnerabilidade dos migrantes.

Utilizamos este sujeito como fio condutor para entender como ocorreu o favorecimento da elite rural do Piauí oitocentista durante a seca. Ao tentarmos reconstruir com o auxílio das fontes a trajetória e experiência individual de Miguel Borges, torna-se possível a análise da conjuntura social da época. De acordo com Jacques Revel, ao escolher estudar o individual não lançamos mão do social, pois, “ela deve tornar possível uma abordagem diferente deste, ao acompanhar o fio de um destino particular – de um homem de um grupo de homens – e, com ele, a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais ela se inscreve.” (Revel, 1998, p.21)

Nesse sentido, torna-se possível identificar como a chamada indústria da seca ocorreu, quais pessoas e como foram favorecidas. No Piauí, a elite conseguia benefícios com o dinheiro público a partir da sua relação de proximidade com o governo, para tanto, a administração da província quando surgia alguma demanda fosse de transporte, de aquisição de gêneros alimentícios ou de fazendas para vestuário, para cargo de feitor de obra, geralmente indicava algum membro do partido ou aparentados destes para a função. A vista disso, entendemos que por vezes o governo fazia vista grossa para algumas irregularidades para não prejudicar seus pares.

Por conseguinte, as denúncias e indignação com o uso indevido das verbas públicas eram sempre feitas por pessoas que não estavam inseridos no aparelho estatal naquele momento, visto a alternância dos gabinetes do Ministério do Império na corte. Por isso, nesta pesquisa partimos do pressuposto de que a aparente preocupação com os migrantes e o dinheiro público é fruto de ressentimentos e despeito por não estar ocupando os cargos que outrora eram “seus”. (Silva, 2023)

As fraudes nas comissões de socorros não foram exclusivas do Piauí, na verdade, foi uma prática recorrente nas províncias atingidas pela seca. Outros “Miguel Borges” foram beneficiados com as verbas do governo imperial, a exemplo, da província do Rio Grande do Norte que denunciou o deputado geral Amaro Bezerra, por “exibir em público com as mãos nos dinheiros públicos, destinados a matar a fome e a sede dos desgraçados flagelados da seca.” (A Época, nº40, p.4, 04 de janeiro de 1879)

A notícia publicada pelo jornal A Época, além da crítica que se pretendia fazer à gestão dos liberais na condução da seca, demonstra a pluralidade dos usos do dinheiro público que tanto era feito por terceiros, isto é, pessoas que prestavam algum serviço nas ou para as comissões e também pelos próprios políticos, como é o caso mencionado do Rio Grande do Norte. Dessa forma, Jacques Revel aponta que “Levando em conta suas análises uma pluralidade de destinos particulares, eles procuram reconstruir um espaço dos possíveis – em função dos re-

8. Silva (2024) faz uma análise detalhada sobre o abastecimento e alimentação no Piauí durante a seca de 1877-1879, apontando quais eram os principais alimentos consumidos e solicitados nos núcleos coloniais, a disponibilidade dos cereais nos depósitos entre outros aspectos relevantes destacamos o fato de a farinha ser um dos cereais mais solicitados o que indica que ser uma importante base para a alimentação na época e autor sugere que o milho fosse utilizado para o consumo de animais e para o plantio e era um dos cereais menos solicitados pelas comissões de socorros.

cursos próprios de cada indivíduo ou de cada grupo no interior de uma configuração dada.” (Revel, 1998, p. 26)

Por conseguinte, Revel destaca a importância de um olhar atento as particularidades sem perder de vista o contexto mais amplo. O estudo de caso do possível favorecimento de um membro do partido Liberal no Piauí nos ajuda a entender como acontecia a dinâmica de beneficiamento da elite no Norte do Império durante a seca. As vezes eram pessoas que perderam bens como gado e plantações, que precisaram vender suas propriedades e viram nos socorros públicos uma oportunidade de reerguimento econômico.

Diante disso, apesar de reconhecermos que o jornal *A Época* representou Miguel Borges como um homem ambicioso e que havia algumas inverdades e ressentimentos nos textos jornalísticos, também não podemos negar que o capitão Borges mesmo sendo um homem de posses e destaque social, foi favorecido com três contratos com o governo provincial durante a seca, obtendo riqueza pessoal através do sofrimento de tantos desvalidos. E as críticas contra Miguel Borges, acreditamos que tenham ocorrido principalmente porque os autores das denúncias não terem conseguido obter a mesma lucratividade do capitão com os recursos da seca.

A atuação pública e a ocupação de cargos públicos por Miguel Borges, não se restringiu ao período da seca. Em 1880 quando o governo da província resolveu extinguir a enfermaria de migrantes no Morro de Santo Antônio, os enfermos foram transferidos para o prédio que servia de quartel da polícia e contratou Miguel Borges “para o fornecimento da dieta dos enfermos recebendo 350 réis por cada um dos 94 enfermos.” (Rocha, 2015, p. 41) Além disso, foi posteriormente contratado para gerenciar a nova enfermaria. (*A Imprensa*, nº 626, p. 4, 26 de janeiro de 1880).

Após gerenciar a enfermaria de migrantes, o capitão Miguel Borges ocupou no mês de julho de 1882, o cargo de procurador fiscal do tesouro provincial. De acordo com Rocha (2015), ao assumir essa função, o capitão tornou-se alvo de novas reclamações e críticas nos jornais chegando a ser afastado do cargo, todavia, “em 19 de abril de 1883, Miguel Borges foi reintegrado ao cargo e reconhecido como funcionário vitalício do governo imperial.” (Rocha, 2015, p. 46).

O capitão Miguel Borges constituiu-se como uma figura multifacetada no cenário político e social do Piauí oitocentista: era fazendeiro, escritor, jornalista, comerciante, dono de uma escola na capital, foi deputado provincial, vereador, além de ocupar outras funções públicas. Segundo Rocha (2015), apesar das inúmeras críticas, Miguel Borges era considerado um homem bom e caridoso. Apesar da fragilidade de sua saúde conseguiu realizar diferentes atividades de destaque ao longo de sua vida, falecendo em 22 de abril de 1887.

Considerações finais

Desse modo, o caso de Miguel Borges destaca-se como exemplo importante e revelador das formas de apropriação das verbas públicas durante a seca. Além disso, evidencia como a elite política da época conseguia acumular benefícios materiais e posição privilegiada dentro da estrutura administrativa provincial em um momento de crise coletiva. Inferimos que esses benefícios não foram casos isolados, mas que são manifestações de poder na gestão da seca no

Piauí e que aponta para possíveis favorecimentos em outras províncias do norte do Brasil na seca de 1877-1879.

Ao analisar as irregularidades e práticas ilícitas na administração dos socorros públicos no Piauí, na seca de 1877-1879, revela como os períodos de crise climática e social podem ser transformados em oportunidades privadas de enriquecimento e manutenção de estruturas de poder. Diante disso, pretende-se incentivar novas pesquisas que aprofundem tanto as dinâmicas de gestão dos socorros públicos no Brasil oitocentista, quanto a identificação de agentes locais envolvidos em práticas de corrupção durante a seca.

Referências

AO PUBLICO. A *ÉPOCA*. Nº 68, p.03, ano II, 19 de julho de 1879.

ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. *O poder e a seca de 1877/79 no Piauí*. Teresina: UFPI/Academia Piauiense de Letras, 1991.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Aditamento ao contrato celebrado com o capitão Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco em 17 de outubro último. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1877-1879. Localização: Cod. 591, Prat. 05, Est. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Exposição feita pelo Exmo. Sr. Vice-presidente da Província do Piauí, pela Comissão de Socorros de Teresina, em 14 de março de 1878. Cod. 591, Prat. 05, Est. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 25, de 26 de dezembro de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina julho-dezembro de 1878. Localização: Cod. 577, Estn. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício nº 237, de 31 de dezembro de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1876-1877. Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício sem numeração enviado pelo presidente da província José Mariano Lustosa do Amaral a comissão de socorros de Teresina, em 6 de março de 1879. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1877-1879. Localização: Cod. 591, Prat. 05, Est. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício sem numeração, enviado pela comissão de socorros de Teresina ao presidente da província, José Mariano Lustosa do Amaral, em 6 de março de 1879. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1877-1879. Localização: Cod. 591, Prat. 05, Est. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Termo de contrato celebrado entre a comissão de socorros de Teresina e o capitão Miguel Borges de Sousa Leal

Castelo Branco, para arrendamento do sítio Pirajá, em 17 de outubro de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1877-1879. Localização: Cod. 591, Prat. 05, Est. 03.

ATENÇÃO. *A ÉPOCA*, nº 40, ano II, p. 4. Teresina, 04 de janeiro de 1879.

ENFERMARIA de emigrantes. *A Imprensa*, Teresina, ano 15, n. 626, p. 4, 26 jan. 1880.

GONÇALVES, Kércia Andressa Vitoriano. *Degredados da seca: políticas intervencionistas em Teresina (1877-1879)*. Dissertação (Mestrado). PPGHB/Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2022.

NÚCLEO NA CAPITAL. *A ÉPOCA*. Nº, 31, p. 04, ano I, 2 de novembro de 1878.

O SR. RAIMUNDO TOBIAS. *A IMPRENSA*. Nº 603, p.2, ano XV, 26 de julho de 1879.

O SR. RAIMUNDO TOBIAS. *A IMPRENSA*. Nº 603, p.2-3, ano XV, 26 de julho de 1879.

O Sr. Raimundo Tobias. *A IMPRENSA*. Nº 603, p.3, ano XV, 26 de julho de 1879.

OS NÚCLEOS. *A ÉPOCA*. Nº 21, p.04, ano I, 24 de agosto de 1878.

PROTESTO. *A ÉPOCA*. Nº 32, p.03, ano I, 9 de novembro de 1878.

REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROCHA, Amanda Chaves da. *MIGUEL BORGES: A atuação de um homem de letras no Piauí oitocentista*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGHB/Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.

Silva, Kátia de Araújo. *Combater a ociosidade com o trabalho: ações governamentais de combate à seca no norte do Piauí (1877-1879)*. Dissertação (Mestrado) – PPGHB/ Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2025.

SILVA, Márcio Douglas de Carvalho e. Abastecimento e alimentação no Piauí na seca de 1877-1879. *REVISTA DE ESTUDOS DE CULTURA* | São Cristóvão (SE) | v. 10 | n. 24 | Jan. Jun./2024 | p. 67-78.

SILVA, Márcio Douglas de Carvalho e. *Emigrados do sertão: secas e deslocamentos populacionais Ceará-Piauí (1877-1891)*. Tese (Doutorado em História). PPHIST/Universidade Federal do Pará. Belém, 2023.

SOUZA, José Weyne Freitas. Secas e socorros públicos no Ceará: doença, pobreza e violência (1877-1932). *Projeto História*, São Paulo, n.52, p.178-219, Jan-Abr. 2015.